

## **LEITURAS DO PASSADO, VISÕES DO PRESENTE: AS REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE ESCRAVISTA DO BRASIL IMPÉRIO EM DOIS ROMANCES HISTÓRICOS DO SÉCULO XXI.**

Isabela Soares do Valle<sup>1</sup>; Martha Rebelatto <sup>2</sup>

1 Isabela Soares do Valle, graduanda em História-UFMG (foi aluna do curso Técnico Integrado de Química do IFMG-*campus* Betim - MG e teve bolsa/IFMG durante o ano de 2020); [isabelsoares487@gmail.com](mailto:isabelsoares487@gmail.com)

2 Orientadora: Martha Rebelatto, Pesquisador do IFMG, *Campus* Betim; [martha.rebelatto@ifmg.edu.br](mailto:martha.rebelatto@ifmg.edu.br)

### **RESUMO**

O presente estudo dialoga com o campo da cultura e com a história social da cultura, buscando entender a articulação entre o pensamento e a realidade histórica. Nos interessou entender as condições sócio-históricas da escrita e publicação dos romances “Um defeito de cor”, da Ana Maria Gonçalves, publicado originalmente em 2006 e atualmente indo para a 22ª edição e “O crime do cais do Valongo”, da Eliana Alves da Cruz, publicado em 2018 nos formatos impresso e e-book. Ambas as autoras criaram narrativas sobre o Brasil escravista do século XIX em diálogo com os desafios e situações históricas concretas do presente. Uma série de autores, especialmente a partir da década de 1950, como Hoggart (1973), Willians (1969), Thompson (1961), Hall (2018), dentre outros têm aprofundado os estudos culturais, demonstrando, de maneiras distintas, as relações entre questões políticas, econômicas, morais e culturais. De forma bem generalista, estes estudos destacam, ainda que por caminhos metodológicos e teóricos nem sempre convergentes, a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais (HALL, Stuart; SOVIK; Liv. 2018. p. 155.). Desta forma, o estudo das relações entre a cultura e a sociedade tornam mais complexo o entendimento do passado e de suas relações – de permanência e ruptura – com o presente. Desta forma, proliferam pesquisas acadêmicas com a inclusão de outros sujeitos e/ou a alteração se dá no olhar, na pergunta, na metodologia aplicada para a compreensão do passado. O resultado deste esforço evidencia um passado mais complexo e plural do que o apresentado até então, especialmente nos campos das relações sociais e culturais. Do ponto de vista metodológico, a análise histórica se baseou na leitura dos romances, pesquisa sobre publicação e circulação das obras e acompanhamento de entrevistas e eventos públicos com a participação das autoras, procurando contextualizar as condições de produção dos romances e estabelecer relações entre eles. A problemática proposta neste estudo permitiu discutir gênero, raça e etnia, mas também como estes estão relacionados a aspectos educacionais, culturais e econômicos históricos de nosso país. Foi possível identificar que as obras se inserem um movimento, um projeto mais amplo e que vem sendo articulado nas últimas décadas no campo das artes e da cultura de combate ao racismo e às desigualdades étnicas conectando ações políticas, sociais e culturais e que, em diálogo mesmo que indiretamente com a produção recente no campo da História, reivindica espaço no mercado editorial, nas feiras e eventos culturais e nas narrativas (históricas ou ficcionais) sobre o passado.

### **INTRODUÇÃO:**

Nas últimas décadas tivemos um revigoramento, tanto quantitativo quanto qualitativo, nas produções sobre a temática da escravidão, não apenas da academia, mas de filmes, minisséries, turismo histórico, espaços de memória, reconhecimento de patrimônios culturais e mesmo de direitos como os territoriais aos “remanescentes das comunidades de quilombo” (MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. 2018, p. 229 – 233.). Movimentos que criticam a naturalização das desigualdades étnicas de formas distintas foram sendo construídos na luta e pelo impacto dos direitos civis, de políticas de reparação, lutas pela descolonização dos saberes e do ensino, políticas antirracistas, especialmente ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. O reconhecimento, no ano de 2001, pelas Organização das Nações Unidas do tráfico atlântico de africanos escravizados para as Américas como um crime contra a humanidade, estimulou debates e ações sobre políticas de reparação individuais ou coletivas. No Brasil, é possível identificar um reconhecimento da legitimidade da busca por direitos da população negra, por exemplo, nas ações afirmativas e na Lei 10.639/2003, que versa sobre a inclusão de história da África e da cultura afro-brasileira como componentes curriculares obrigatórios na educação básica. Segundo Nilma Lino Gomes (2012), a ampliação ao direito à educação básica e a maior democratização do acesso ao ensino superior, especialmente por meio da política de cotas, possibilitou que sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento pudessem colocar demandas políticas, “tornando explícitos os paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas

explícitas e simbólicas de força e violência” (GOMES, 2012, p. 101-102). Na academia os historiadores vêm tentando incluir nas pesquisas as histórias e experiências dos libertos e seus descendentes na construção das sociedades no pós-abolição, buscando perceber em que medida a ação destes sujeitos foi também moldando a sociedade. (RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria, 2004).

Nessa conjuntura, tivemos a publicação dos romances históricos “Um defeito de cor”, da Ana Maria Gonçalves, e “O crime do cais do Valongo”, da Eliana Alves da Cruz. *O crime do cais do Valongo* apresenta como fio condutor da narrativa o mistério sobre o assassinato de Bernardo Lourenço Viana no ano de 1809, um rico comerciante do Rio de Janeiro que na época de sua morte estava no ápice de sua fortuna. O crime ocorre nas proximidades do Valongo, região portuária da capital do país, e traz mistérios sobre o assassino e a forma como o corpo se apresenta. *Um defeito de cor* apresenta a história de vida de Kehinde, uma personagem feminina capturada em África ainda criança e trazida na condição de escrava para o Brasil, passando sua adolescência, vida adulta e velhice em diferentes territórios do Brasil e do continente africano. Os livros apresentam uma grande imersão na história do Brasil escravista do século XIX, destacando as conexões da nossa história com outros locais, como a Europa e a África, fazendo um movimento do macro para o micro, do político para o social, do “nacional” para o individual (personagens), destaca sujeitos plurais e a complexidade das relações sociais. Neste projeto, nos interessou entender as condições sócio-históricas do surgimento desses romances que revisitam, por uma perspectiva crítica e ficcional, o período escravista brasileiro. Assim, buscamos analisar como estas duas autoras interpretam e representam histórias do passado escravista brasileiro do século XIX a partir da contemporaneidade, reconhecendo e problematizando seus lugares de origem (no plural, em que condições sociais, políticas, econômicas e culturais elas escrevem), quais suas inspirações, influências e expectativas para os romances produzidos, mas também em relação a políticas culturais, educacionais e antirracistas - uma vez que o racismo é ainda um dos mais presentes legados da escravidão e se disseminou por vários caminhos na sociedade brasileira ao longo dos séculos no pós-abolição.

#### **METODOLOGIA:**

Foi realizada, em conjunto com a leitura de uma vasta bibliografia relacionada ao tema da pesquisa e dos romances objeto da pesquisa, a coleta de informações sobre a publicação e circulação das obras. Primeiramente, foram elaboradas fichas de leituras dos livros, contendo o tema geral, resumo dos principais acontecimentos, personagens, e trechos relevantes. As fichas foram preenchidas em um esforço de ler as obras, pensando os capítulos individualmente e a sua conexão com o todo da obra, trajetória de personagens e problemáticas prepostas pelas autoras por meio da narrativa ficcional. A investigação sobre a circulação das obras se baseou em três linhas: 1- Participação das autoras em eventos acadêmicos e literários (incluímos aqui as *lives*, tão comum no período da quarentena pelo Covid-19); 2- Publicações acadêmicas que trabalham com as obras e/ou autoras; 3- Artigos e textos publicados pelas autoras que discutem alguma temática relacionada com os contextos abordados nas obras aqui analisadas. O objetivo era identificar a circulação e inserção das obras no meio acadêmico e no circuito cultural literário. Apresentamos, abaixo, um quadro com o resumo das informações coletadas.

**Quadro 1:** Informações sobre as autoras Ana Maria Gonçalves e/ou Eliana Alves Cruz e/ou suas obras

Tipo de Informação	Nº de Observações
Blog e/ou redes sociais da autora	2
Texto de Opinião/jornalístico (autora)	34
Entrevista/palestra	33
Conversa com a autora e/ou dela com o público	26
Divulgação da Obra/Autora	7
Informação Geral (Apresentação da obra/autora)	9
Curso com a autora	1
Participação em evento (divulgação)	13
Resenha /crítica	1

Trabalho Acadêmico	6
Diversos	1
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>

Na proposta inicial do projeto estava prevista a realização de entrevistas com as autoras, o que não foi possível de realizar pela disponibilidade das mesmas e pelas condições impostas pela pandemia de COVID-19. Entendemos, contudo, que foi possível identificar aspectos da trajetória das autoras que levaram a escrita e publicação dos romances, bem como a visão das mesmas sobre temas como literatura nacional, mercado editorial, políticas culturais pela análise das suas entrevistas e participação em eventos públicos. A coleta foi finalizada em novembro de 2020. Foi possível identificar a presença das autoras em espaços diversificados que discutem e divulgam literatura, como feiras e eventos literários, e na publicação de textos acadêmicos que refletem sobre problemáticas postas para a sociedade na contemporaneidade e que envolvem literatura, história, racismo, autoria negra, dentre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para a análise proposta, a leitura de algumas reflexões e diálogos teóricos foi fundamental, como a tese da Fernanda R. Miranda, “Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859 - 2006)”, essencial para nos ajudar a compreender a trajetória da autoria feminina negra no país e o cenário de exclusão e silenciamento vivenciado por essas mulheres ao longo do tempo. A autora aponta que em um período de mais de um século, 1859 - 2006, foram encontradas apenas oito romancistas negras. Miranda levanta algumas hipóteses para investigar o porquê de serem tão poucos romances dessa autoria, como o longo processo de criação que o gênero demanda e suas convenções literárias, uma vez que os romances procuram relatar a vida da sociedade burguesa, não cabendo, portanto, a autoria e o protagonismo negro (MIRANDA, Fernanda. 2019, p.2). Ademais, o trabalho da pesquisadora evidencia o papel do racismo para a restrição da circulação desses livros, de forma direta ou indireta. A título de exemplo, ela cita a produção de Carolina Maria de Jesus, que tem mais de seis romances escritos e até hoje não publicados (MIRANDA, Fernanda, p. 28).<sup>1</sup>

Buscando entender o duplo da diáspora em “Um defeito de cor”, procuramos na obra de Cristiane Cortês ferramentas para analisar os deslocamentos da protagonista Kehinde, que resultam num sujeito de várias faces, ou seja, entrecortado por diferentes culturas e identidades (CORTÊS, Cristiane. 2007, p.1). Cortês mostra como a personagem é marcada, exatamente por ser africana, pelo que a autora chama de “dilema do estrangeiro”, isto é, a constante ideia de não pertencimento. O trabalho também traz a discussão de memória e literatura afro-brasileira: a memória coletiva afrodescendente, remontada pela necessidade de um registro fora do ponto de vista do colonizador, é utilizada na literatura para abordar questões étnicas e ressignificar o passado fora da visão eurocêntrica.

Ademais, utilizando o livro “História pública no Brasil: Sentidos e itinerários”, foi discutido o conceito de história pública, que, em linhas gerais, busca refletir sobre a divulgação do conhecimento histórico fora dos muros da academia. Com esta leitura procuramos refletir sobre a literatura, mais especificamente os romances históricos, como um espaço que possibilita apresentar narrativas sobre o passado em diálogo com os estudos e pesquisas históricas e que, por mais que não tenham um compromisso com a verdade, possibilitam acessar informações sobre o passado e refletir sobre o presente, lugar de onde as autoras escrevem e atuam. Mesmo que ficcionais, as obras demandaram pesquisas históricas, além disso, e talvez mais importante, são narrativas produzidas no presente e para o presente, que colaboram em vários aspectos para transformar a visão em transformação, mas ainda majoritariamente “única”<sup>2</sup> sobre o passado para fora dos muros da academia, questionando estereótipos e visões homogeneizadoras da população negra no século XIX. Segundo o estudo de Dalcastagnè<sup>3</sup> que analisa um conjunto de romances brasileiros publicados entre 1990-2004, 93,7% da autoria destes livros é branca, sendo 72,7% masculina. A pesquisadora mostra ainda que em 56,6% dos romances analisados não existe sequer um personagem não branco. É relevante mencionar que novas editoras estão surgindo nos últimos anos com o objetivo de aumentar a diversidade desse mercado e mudar esse cenário, como a Editora Malê, que publicou os dois primeiros livros - “Água de Barrela” e “O Crime do Cais do Valongo” - da Eliana Alves Cruz<sup>4</sup>.

Por fim, importante destacar o texto da Júlia Neves “Metaficção historiográfica e narrativas sobre escravidão em um defeito de cor de Ana Maria Gonçalves”, do livro Literatura e Direitos Humanos, organizado pela professora Regina Dalcastagnè. Júlia Neves destaca que as narrativas literárias dependem da seleção de um discurso a partir da interpretação de fatos e seleção de informações. Nesse sentido, é possível perceber

que em “Um defeito de cor” a autora realiza diversas pesquisas históricas em busca de construir uma narrativa preocupada com a “visão dos negros e escravizados”, que, nesse caso, compõe a personagem principal chamada Kehinde, mulher negra africana capturada e escravizada ainda quando criança e trazida para o Brasil no início do século XIX. Com isso, é possível perceber que o livro em questão, como Neves mostra, pode ser classificado como uma metaficção historiográfica, pois considera os silêncios e lacunas dos registros históricos oficiais e inclui “figuras periféricas” em suas representações (NEVES, 2018, p. 128).

## **CONCLUSÕES:**

A pesquisa permitiu conhecer sobre o processo de escrita dos livros, a vida pessoal e a trajetória de produção das autoras Eliana Alves Cruz e Ana Maria Gonçalves, suas expectativas com as obras, a percepção sobre a literatura brasileira e sobre a autoria negra, além da circulação das obras e inserção delas em eventos literários. Para mais, a partir dos diálogos e textos de opinião das escritoras, observamos a luta das autoras negras pela inclusão da diversidade nos espaços de debate literário, visto que estes são elitizados e, conseqüentemente, de difícil acesso à maior parte das pessoas negras no Brasil.

As obras analisadas colaboram para a construção dos personagens, dos enredos, cenários e contam sobre um século XIX pouco visto na literatura. O crime do cais do Valongo, de Eliana Alves Cruz, pode ser visto como uma posição que marca e colabora por meio do texto literário para firmar a memória de vidas escravizadas que por ali passaram, não só num esforço de memória, mas evidenciando a necessidade de defrontar esse passado com honestidade e incluir tais histórias nas narrativas sobre o passado acessíveis para um público amplo, para que se possa compreender a história que nos estrutura como nação. A obra de Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de cor”, apresenta muitas possibilidades, personalidades, culturas e experiências presentes na diáspora africana no Brasil. Os elementos acionados no título da obra também são importantes para entendermos as interpelações que ele faz ao período histórico em que se passa e ao presente. “Um defeito de cor” é um termo usado para negros e mestiços que eram impedidos, desde o período colonial, de assumirem cargos ou funções públicas e algumas profissões reservadas apenas aos brancos. Contudo, quando o talento, a competência ou a vontade eram muito grandes, o negro ou mulato podia solicitar a “dispensa do defeito de cor”. O título da obra, que pode incomodar um leitor desavisado, racializa, pois, o debate, marcando a plataforma de observação da sociedade e de experiências de quem possui esse “defeito de cor”. As duas obras problematizam a infância negra, evidenciando a tenra idade com que as personagens são escravizadas e expostas a diversas formas de violências. A função social de questionar as estruturas que naturalizam certas violências se destaca nas obras, sem comprometimento das questões estéticas.

Pudemos observar, ainda, como políticas públicas e culturais que busquem ampliar o acesso e reconhecer a produção de pessoas negras é importante em uma sociedade ainda marcada profundamente pelo racismo, mas também como estes indivíduos se articularam ao longo do tempo, especialmente nas últimas décadas, e criaram ou se utilizaram de espaços disponíveis (sobretudo pelo amplo acesso da população a internet) para formar leitores e espaços de discussão sobre literatura de autoria negra.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 26, p. 13-71, julho-dezembro 2005.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

HALL, Stuart; SOVIK; Liv (org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2018.

HOGGART, R. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre escravidão? In: MAUAD, Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: letra e Voz, 2018.

MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios Prescritos: estudos de romances de autoria negra brasileiras (1859 – 2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

NEVES, Júlia Braga. Metaficção historiográfica e narrativas sobre a escravidão em “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves. Org. Regina Dalcastagné, Paula Q. D., Grazielle F., RS: Zouk, 2018.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* (Rio J.) 5 (8). Jun 200 4, pp. 170-198.

THOMPSON, E. P. The long revolution I. In: *New Left Review*, n. 9, p. 24-33, 1961. THOMPSON, E. P. The long revolution II. In: *New Left Review*, n. 10, p. 34-39, 1961.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade* (1780-1950). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

**Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:**

Como resultado, participamos da SNCT do IFMG (ocorreu de forma online), apresentando o trabalho ainda em andamento e a professora Martha produziu a escrita de um capítulo para o livro “Escritas de autoria feminina negra brasileira” organizado pela Mirian Cristina dos Santos (no prelo).